

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

A Administração Regional de Saúde (ARS) do Algarve apresentou uma proposta para que a gestão do Centro de Medicina Física de Reabilitação do Sul (CMFRS) deixe de ser pública e passe a ser assegurada por uma Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS).

Em declarações à comunicação social, João Moura, presidente da ARS afirma que “a proposta que fizemos ao Ministro da Saúde é que a gestão seja atribuída a uma IPSS, mediante proposta”. João Moura referiu que “fizemos um caderno de encargos, com o que queremos, com as linhas condutoras, e que será sujeito a concurso” acrescentando que “depois faremos a monitorização do que foi contratualizado”.

O Bloco de Esquerda discorda frontal e veementemente desta proposta. Consideramos que o que é público deve ser gerido pelo público, o que é privado deve ser gerido pelo privado e o que é do setor social deve ser gerido pelo setor social. Não se vislumbra qualquer vantagem para o interesse público na entrega da gestão de serviços públicos a entidades privadas nem nenhuma vantagem acrescida para os utentes. Trata-se apenas de um interessante negócio para as entidades privadas que são pagas para fazer o que o setor público é perfeitamente capaz de assegurar.

Recorde-se que a Entidade Reguladora da Saúde apresentou, em meados do corrente ano, o relatório “Estudo da Avaliação das Parcerias Público Privadas na Saúde” onde constata que *“não se encontrou evidência de que a gestão hospitalar em regime de PPP poderá levar a uma maior ou menor eficiência relativa na comparação com outros hospitais, na medida em que não foi possível identificar diferenças estatisticamente significativas entre os resultados dos dois tipos de hospitais.”*

Acresce ainda que, no caso específico do CMFRS a experiência já deixou ficar bem claro que a gestão em regime de Parceria Público Privada (PPP) não é uma boa solução. De facto, até 2013, a gestão do CMFRS foi assegurada em regime de Parceria Público Privada (PPP). No final de 2013, a gestão reverteu para a Administração Regional de Saúde (ARS) do Algarve. De

facto, o Governo PSD/CDS de então preparava-se para prorrogar o protocolo de gestão com o Grupo Galilei Saúde quando este intuito foi rejeitado pelo Tribunal de Contas.

Urge, portanto, clarificar qual a posição que o Governo vai tomar relativamente à gestão do CMFRS, sendo certo que o primado da defesa do interesse público tem que se sobrepor a todos os outros interesses em jogo e esse só é acautelado com a gestão pública do CMFRS.

Recorde-se que o CMFRS foi inaugurado em 2007, destinando-se a receber doentes com lesões medulares, traumatismos crânio-encefálicos, acidentes vasculares cerebrais e outras patologias do foro neurológico, reumatológico, ortopédico, cardiovascular e pneumológico, este centro tem como área geográfica de influência direta os distritos de Beja e de Faro e conta com 54 camas de internamento.

Ao longo dos anos, o CMFRS tem vindo a deparar-se com dificuldades no seu funcionamento, muitas delas associadas à falta de profissionais. A superação destas dificuldades não passa pela entrega da gestão a privados ou a uma IPSS, mas sim pela gestão pública do CMFRS, assegurando-lhe o financiamento e os meios necessários ao seu normal funcionamento.

Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através do Ministério da Saúde, as seguintes perguntas:

1. A gestão do Centro de Medicina Física de Reabilitação do Sul vai continuar na esfera pública?
2. O Governo confirma que a ARS do Algarve apresentou uma proposta para que a gestão do Centro de Medicina Física de Reabilitação do Sul seja entregue a uma IPSS? Esta proposta vai ser rejeitada pelo Governo?
3. Quantos trabalhadores exercem atualmente funções no Centro de Medicina Física de Reabilitação do Sul? (dados indicando a categoria profissional e tipo de contrato)
4. Tendo em conta a sua missão, população e diferenciação, quantos trabalhadores (médicos, enfermeiros, assistentes técnicos, etc) deveriam exercer funções no Centro de Medicina Física de Reabilitação do Sul?
5. Que medidas estão a ser desencadeadas para contratar os profissionais em falta?
6. Quantos utentes se encontram em lista de espera para internamento no Centro de Medicina Física de Reabilitação do Sul?

Palácio de São Bento, quarta-feira, 14 de Dezembro de 2016

Deputado(a)s

JOÃO VASCONCELOS(BE)

JORGE FALCATO SIMÕES(BE)

MOISÉS FERREIRA(BE)